

Panorama

POLÍTICO

Rebelião dos anjos

A manifestação de um grupo de constituintes "progressistas" contra o Relator Bernardo Cabral, numa nova explosão do "assembleísmo" que já marcara os primeiros dias de trabalho, poderia ter sido feita por este ou outro grupo: o jogo na Constituinte tem sido de poucos, e isso não decorre por vontade exclusiva de Cabral.

Os novos parlamentares, chamados de "anjos" no início do ano, sentem-se marginalizados do processo de redação da Carta. Afinal, eles são 347, ou 62 por cento do total de 559. Outro dado: os Constituintes apresentaram, na última semana, 14 mil emendas ao anteprojeto. Segundo um relator adjunto de Cabral, elas não devem nem ser lidas pelos relatores, mais atentos aos acordos e entendimentos. Estão a cargo dos técnicos, que em alguns casos dão conhecimento ao Relator.

A exclusão da maioria silenciosa (moderada ou progressista) decorre, em grande parte, do sistema de trabalho imposto pelo Regimento, aprovado por todos em plenário. O regimento garante, por

um lado, duas fases de apresentação de emendas, mas confere autonomia absoluta ao Relator para aceitá-las ou não. O Regimento, ao afunilar os trabalhos na Comissão de Sistematização, composta por 93 membros, não destinou qualquer tarefa ou canal de participação aos que ficaram fora dela. Também o Regimento instituiu o Congresso Nacional como sede dos trabalhos, o que vem sendo há muito desobedecido com a instalação de grupos (e da própria Comissão) fora das dependências oficiais. Longe, portanto, da maioria. A Comissão de Sistematização, até agora, não sistematizou coisa alguma. Poucas vezes reuniu-se com quorum e só aprovou dois Projetos de Decisão.

Os rebelados denunciam um monopólio da redação da Constituição por um grupo privilegiado de constituintes de "primeira classe". Acreditam que os acordos de cúpula vêm substituindo o debate. A questão será inevitavelmente esclarecida em breve, no início de outubro, quando comecem as votações em plenário, onde só o voto vale.